

Família e acolhimento

De modo geral, os estudos levantados reafirmam a idealização das famílias presente no imaginário de crianças e adolescentes. Eles indicam o desejo dos acolhidos de retornar para suas famílias de origem ou de constituir suas próprias famílias. Essas instituições são vistas como proteção frente às situações de risco, mesmo quando a realidade vivida até o presente sugere o contrário. A maioria dos acolhidos mantém contato com suas famílias, o que revela a existência de vínculos, sendo que a figura materna costuma ser mais lembrada como membro da rede de apoio em comparação à figura paterna (SIQUEIRA ET AL., 2009). É interessante perceber que o modelo de família nuclear é aquele mais reconhecido nas brincadeiras e respostas das crianças e adolescentes. Isso porque é o modelo com o qual eles mais têm mais contato, seja através da própria instituição, seja por diferentes veículos de comunicação. A família idealizada pelos acolhidos talvez se aproxime muito pouco do que eles puderam viver em família, mas eles são capazes de reproduzir fielmente o papel do pai provedor, da mãe cuidadosa e dos irmãos juntos em volta de uma mesa de jantar (MARTINS; SZYMANSKI, 2004). É fundamental, no entanto, que as crianças possam conhecer outros modelos e contextos de desenvolvimento infantil. A discussão dos diferentes modelos de família também pode evitar frustrações e contribuir para que as relações construídas futuramente pelos acolhidos sejam qualitativamente diferentes, garantindo a eles maior reciprocidade, afetividade e estabilidade, evitando a repetição de padrões que podem levar a violações de direitos (DE ANTONI; KOLLER, 2000).

Essas reflexões sobre o modelo de família também devem ser realizadas pelas equipes das instituições de acolhimento, uma vez que, de um modo geral, pudemos perceber uma preocupação dos autores pesquisados com as diferenças existentes entre as famílias reais dos acolhidos e as famílias idealizadas pelos profissionais da rede de atendimento. Patias, Siqueira e Dell'aglio (2017) apontam que a história da institucionalização apresenta forte influência na construção do que se pensa sobre crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. Ideias negativas, historicamente construídas, seguem influenciando a forma como os educadores e os demais profissionais das unidades de acolhimento desenvolvem seu trabalho. No estudo de Vasconcelos e Yunes (2009), os profissionais revelaram crenças e percepções idealizadas que prescrevem modos de vida da família nuclear tradicional. As famílias, por sua vez, apresentaram temores em relação aos julgamentos da equipe da instituição de acolhimento e medo de perder a guarda dos outros filhos. Esses discursos revelam interações que evidenciam desconfiança entre os dois grupos, o que pode dificultar e até mesmo prorrogar o retorno das crianças ao

ambiente familiar. Recomenda-se que os profissionais das unidades de acolhimento tenham uma visão cuidadosa, mantenham-se abertos aos novos arranjos familiares e sejam capazes de identificar os fatores de proteção presentes nas famílias de origem das crianças, superando uma visão patologizante e construindo estratégias interventivas mais eficazes e menos intrusivas (LAUZ, BORGES, 2013). Espaços para discussão sobre desenvolvimento infantil e práticas de cuidado, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, também podem contribuir para que os profissionais compreendam os desafios vivenciados pelas famílias e divulguem informações e conhecimentos que ajustem a teoria à prática (CRUZ; CAVALCANTE; PEDROSO, 2014). É também importante que se observem os impactos de imagens sociais estigmatizantes nas crianças, nos adolescentes e em suas famílias, tanto no que diz respeito ao seu bem-estar, quanto no que tange ao relacionamento com a equipe técnica e à possibilidade de reinserção familiar (ZAPP ET AL., 2017).

Um trabalho eficaz de orientação, apoio e fortalecimento das famílias é indispensável para a garantia da convivência familiar e comunitária da população infantil e juvenil, conforme disposto no Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e de acordo com a Lei nº 12.010/09, que estimula a aproximação entre as famílias e as instituições de acolhimento (RICARDO; LAVORATTI, 2007; ROCHA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2015). Além disso, fortalecer a rede de apoio social dos pais e/ou responsáveis pelos acolhidos é indispensável, uma vez que redes frágeis ampliam a vulnerabilidade e representam risco de acolhimento institucional (BARROSO; PEDROSO; CRUZ, 2018).

Cabe destacar que a pobreza é um dos traços marcantes do cotidiano dessas famílias, influenciando suas possibilidades de atenção e cuidado. Mesmo diante de ciclos intergeracionais de violações de direitos e da ausência de políticas públicas intersetoriais e equipamentos capazes de dar conta dessa realidade, o Estado segue ofertando como principal resposta a essas famílias o afastamento de suas crianças e adolescentes, reafirmando uma cultura de institucionalização. É preciso perceber a necessidade de investimento prioritário nas políticas de atenção às famílias, base de cuidado e socialização das crianças e adolescentes, conforme enfatiza o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, por exemplo (FURLAN; SOUSA, 2014). Essa lacuna no atendimento às famílias, mesmo antes do acolhimento, precisa ser preenchida para que o direito das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária possa ser respeitado. Para isso, deve haver maior articulação da rede de proteção e maior oferta de meios materiais e simbólicos que permitam o exercício

adequado do cuidado e da proteção. Tal estratégia poderia evitar o acolhimento de crianças e adolescentes e, quando fosse preciso aplicar esse tipo de medida de proteção, garantir um atendimento mais amplo (MASTROIANNI ET AL., 2018). Nesses casos, em que o acolhimento institucional se faz indispensável, investir em espaços de escuta para que as necessidades das famílias possam ser compreendidas é importante, evitando o prolongamento desnecessário da medida de proteção e a tomada de decisões precipitadas de desligamento e/ou adoção (MOREIRA ET AL., 2013).

Além disso, diferentes estudos enfatizam a importância do acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias após o desligamento da instituição de acolhimento. Embora, de um modo geral, o desejo de retornar e a reestruturação financeira das famílias sejam fatores essenciais, o acompanhamento multiprofissional pós-desligamento se faz necessário (AZÔR; VECTORE, 2008). Os desafios para a garantia de uma reintegração familiar segura são evidentes nas pesquisas analisadas, mas a inexistência de subsídios para as famílias, com sua inserção em uma rede integral de serviços públicos que garanta seus direitos, pode tornar a medida de acolhimento institucional uma forma de penalização de seus membros. Esse trabalho não depende exclusivamente de profissionais competentes e criativos, pois uma ação sistemática e planejada, que vá além do aconselhamento e do compromisso dos envolvidos, depende de investimento e comprometimento do Estado e da sociedade com as legítimas demandas das famílias (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2018).